

'Grupo do consenso' consegue apoio suprapartidário

Janio de Freitas

A esperança tem maioria

O grupo de parlamentares que estuda, por iniciativa à margem das cúpulas partidárias, soluções para as propostas que suscitam conflito na Constituinte, por muito ou pouco avançadas, completou com uma conclusão estimulante as sondagens sobre o apoio a seu trabalho: já conta com maioria absoluta na Comissão de Sistematização, onde suas propostas serão avaliadas.

A primeira fase do estudo estará concluída no dia 5, quando os doze relatórios correspondentes às questões problemáticas serão apresentados ao grupo por seus autores. A partir de então, o grupo intensificará o trabalho conjunto, para preparar o texto final de suas propostas até o dia 11.

As cúpulas do PMDB e do PFL preveem-se, porém, para evitar desgastes com o provável êxito do grupo interpartidário e a decorrente perda, ou diminuição ainda mais acentuada, de influência sobre as bancadas peemedebista e pefelista nos restantes trabalhos da Constituinte.

A manobra do deputado Ulysses Guimarães é elucidativa. De uma parte, Ulysses já estabeleceu com Marco Maciel, presidente do PFL, as preliminares para que os dois conduzam trabalhos com a mesma finalidade a que se propõe o grupo dos que buscam soluções sem influências das cúpulas, sempre voltadas para objetivos meramente políticos. O entendimento de Ulysses e Maciel destina-se, é claro, à eventualidade de ambos tornar-se conveniente bloquear o trabalho ou os resultados obtidos pelo grupo interpartidário.

De outra parte, Ulysses manifesta simpatias pela iniciativa extracúpula, dando como seus representantes alguns dos peemedebistas que acabam de aderir ao grupo de estudos. Abre uma via, pois, para a eventual-

idade de lhe convir, adiante, a adesão ao grupo. E resguarda-se pelos dois lados. Ao passo que Maciel, comandando uma bancada que, por dividida em posições mais nítidas, dificulta a infiltração de clandestinos no grupo interpartidário, por ora só pode jogar em uma das pontas. O que leva a prever que cercará Ulysses para que levem adiante a tática útil a ambos.

A confirmar-se, no entanto, a sondagem realizada pelo grupo interpartidário, quanto aos apoios às suas propostas, confirma-se também que à margem das cúpulas surgiu um fator de esperança na Constituinte. Mas o fato de que a esperança tenha maioria ainda não significa que a maioria tenha esperança.

Compensações

Impossibilitado de chegar a Porto Alegre, ontem à noite, em tempo de receber o Prêmio Lei Sarney à Cultura Brasileira, no setor de Jornalismo, teve a honra, em compensação, de ser representado por Nívia Guimarães, viúva do jornalista e escritor Josué Guimarães, que por largo período foi articulista da Folha e deixou no jornalismo brasileiro sua marca inapagável de brilho e coragem.

Os mesmos motivos impedem-me de viajar logo mais para Filadélfia, onde testemunharia as celebrações pelos duzentos anos da Constituição dos Estados Unidos. Mas, em compensação, fico isento da gafe de lembrar, a um americano, distraidamente, depois de tanto ouvir menções aos Benjamin Franklin, Thomas Jefferson e demais constituintes dos EUA: "Em compensação, no Brasil nós temos Carlos Sant'Anna, José Lourenço, Expedito Machado, e por aí". Deus me livre de humilhar alguém, quanto mais um hospedeiro.

Da Sucursal de Brasília

Um amplo processo de negociação dos pontos polêmicos da nova Constituição foi deflagrado ontem, em uma reunião na biblioteca da Câmara dos Deputados, com a presença de parlamentares de quase todos os partidos do Congresso constituinte e o apoio dos presidentes do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, e do PFL, senador Marco Maciel. O "grupo do consenso" — como é conhecida a articulação — já pode ter conquistado a maioria dos integrantes da Comissão de Sistematização. O PT, que vinha resistindo a integrar grupos suprapartidários de negociação, enviou um representante, o vice-líder Plínio de Arruda Sampaio (SP), que passou a engrossar a lista de relatores do grupo.

Embora tenha sido a sexta reunião do grupo, foi a primeira vez que foram convidados todos os partidos. O encontro contou com a presença dos líderes do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas (SP), e no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP). Entre os 31 presentes, estavam constituintes do PMDB, PFL, PDT, PT, PCB e PSB. Parlamentares do PDS também integram o "grupo do consenso".

Na próxima reunião, marcada para o dia 5 de agosto, será discutida uma lista de dezenove pontos polêmicos da nova Constituição. "Vamos bater o martelo sobre todos os pontos", disse o vice-líder do PMDB, deputado Antonio Britto (RS). O propósito do grupo é apresentar emendas conjuntas ao anteprojeto do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização.

"Já temos a maioria da Sistematização", afirmou o vice-líder do PMDB, deputado Euclides Scalco (PR). Segundo ele, dos 93 membros da comissão, dezoito deveriam ter comparecido à reunião de ontem. Não foram, porque estavam viajando. "Vamos ter uma Constituição negociada, atendendo a média da sociedade", disse Covas, que estimulou a formação dessa articulação.



O senador Mário Covas (SP), à cabeceira da mesa, participa da reunião do "grupo do consenso" na biblioteca da Câmara

pedindo a todos os seus vice-líderes que comparecessem.

Há unanimidade no interior grupo de que este tipo de reunião, destinada à discussão de temas constitucionais, é muito mais proveitoso do que os debates do plenário do Congresso constituinte, em que os oradores discursam sobre os mais variados assuntos. "Aqui, discutimos com mais profundidade", disse o líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE). A única preocupação ontem era com a metodologia dos trabalhos, temendo-se uma dispersão.

Depois de fixados os dezenove pontos polêmicos, o "grupo do consenso" excluiu três assuntos em que se considera impossível uma conciliação: sistema de governo, duração do mandato presidencial e sistema eleitoral. Mesmo assim, Cabral afirmou, logo após a reunião, que não acreditava numa solução alternativa para a reforma agrária e a anistia aos militares cassados.

"Não sou tão pessimista", disse Fernando Henrique Cardoso, que acredita numa solução, com endosso da maioria dos parlamentares, para todos os dezenove pontos. Como um dos relatores-adjuntos da Comissão

de Sistematização, o senador reuniu-se anteontem com o deputado Konder Reis (PDS-SC), que integra um outro grupo de negociação, formado pelos "moderados" do Congresso constituinte. "Nós precisaremos fazer algum acerto", afirmou Cardoso, referindo-se ao trabalho dos dois grupos.

Com base nessa conversa, Cardoso acredita numa ampla "negociação" entre os grupos suprapartidários. "Esses grupos se completam", concordou Konder Reis, ao comparar os trabalhos das duas articulações. Até mesmo a discussão da reforma agrária estaria alcançando um princípio de consenso, o que é confirmado pelo deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), que lidera a oposição às propostas "progressistas" do texto de Cabral. Cardoso Alves apóia o trabalho dos grupos de negociação e se diz disposto a negociar suas posições. "Acho muito importante esses grupos, porque os partidos não têm unidade. É melhor que os homens se juntem", concordou o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), que apontou o PT e o PC do B como os "radicais" do Congresso constituinte. O PC do B mantém-se ausente das negociações suprapartidárias.

"Esquerda positiva" articula a negociação

O "grupo do consenso", que reúne parlamentares do PMDB, PFL, PDS, PCB, PDT e agora do PT, tornou-se o principal fórum de negociação de emendas alternativas aos pontos polêmicos do Projeto Cabral. Esse grupo foi articulado pela "esquerda positiva", assim chamada para se diferenciar da "esquerda inviável". A "esquerda positiva" é composto por parlamentares do PMDB (José Serra, Euclides Scalco, Severo Gomes, Miro Teixeira, entre outros), da ala "moderna" do PFL (Jaime Santana, Thomas Nonô, entre outros), e o deputado Roberto Freire (PCB) e o senador Virgílio Távora (PDS).

O termo "esquerda positiva" foi criado por San Thiago Dantas, em 1963, quando ocupava o Ministério da Fazenda do governo João Goulart. A expressão tinha o objetivo de distinguir a ala do PTB ao qual o ministro se vinculava da facção liderada por Leonel Brizola.

Moreira quer plebiscito sobre sistema de governo

Da Sucursal do Rio

O governador do Rio, Wellington Moreira Franco (PMDB), disse ontem que apóia a realização de um plebiscito para definir o sistema de governo a ser adotado pela nova Constituição (parlamentarismo ou presidencialismo). "A proposta de plebiscito poderá ser encaminhada pelo PMDB e até mesmo pela unanimidade dos partidos", disse ele, acrescentando que "o povo brasileiro já votou exatamente sobre esta questão e votou majoritariamente pelo presidencialismo".

Para o governador, entretanto, o plebiscito não deveria incluir outras perguntas, como, por exemplo, a duração do mandato do presidente José Sarney. "Esta é uma questão polêmica, porque não se está tratando do mandato do presidente da República, mas do mandato do presidente Sarney", afirmou Moreira Franco.

Segundo ele, o mandato do presidente não pode ser imposto em função de problemas de conjuntura. "A proposta que se discutiu no encontro da Laranjeiras, terça passada (com dirigentes nacionais e

regionais do PFL), do qual participou também o senador Afonso Arinos, foi a necessidade de entendermos que as Constituições do mundo inteiro são estáveis porque nasceram de um consenso", afirmou.

O governador do Rio negou que os governadores peemedebistas tenham a pretensão de manter um poder, paralelo ao do Palácio do Planalto.

Ele discorda também que haja um racha dentro do PMDB, embora alguns de seus integrantes tenham discordado das medidas aprovadas na última Convenção do partido. "O PMDB é um partido muito grande, que engloba variadas tendências da sociedade brasileira. É normal que haja descontentes", disse Moreira Franco.

Quanto ao pacto político pregado pelo PFL, Moreira Franco disse não discordar da idéia. "O que ponderei foi que o PMDB hoje é um partido majoritário no Congresso Nacional, na Constituinte e no Brasil por força do voto", afirmou ele, acrescentando, a seguir, que "é uma legitimidade recente e qualquer processo de negociação tem que necessariamente começar pelo PMDB", afirmou o governador.



O governador Moreira Franco

Dezenove temas estão sendo negociados

Os dezenove temas e os relatores: Reforma Agrária — Euclides Scalco (PMDB-PR) e Thomaz Nono (PFL-AL); Conceito de Empresa Nacional e Reserva de Mercado — José Jorge (PFL-PE) e Roberto Brant (PMDB-MG); Comunicação — Antonio Britto (PMDB-RS); Recurso Públicos na Educação — Miro Teixeira (PMDB-RJ) e Edme Tavares (PFL-PB); Seguridade Social — Alcení Guerra (PFL-PR) e Raimundo Bezerra (PMDB-CE); Área Traba-

lha — Mendes Thame (PFL-SP), Paulo Macarini (PMDB-SC) e Roberto Freire (PCB-PE); O Estado na Economia — Severo Gomes (PMDB-SP) e Virgílio Távora (PDS-CE); Sistema Financeiro — Saulo Queiroz (PFL-MS) e Antonio Mariz (PMDB-PB); Distribuição de Rendas Nacionais — José Serra (PMDB-SP) e Jaime Santana (PFL-MA); Questão Urbana — Lúcio Alcântara (PFL-CE), José Carlos Grecco (PMDB-SP) e Mauricio Campos (PFL-MG); Anis-

tia — José Agripino (PFL-RN) e Jutahy Magalhães (PMDB-BA); Moratória e Dívida Externa — Pimenta da Veiga (PMDB-MG); Judiciário — Vivaldo Barbosa (PDT-RJ); Liberdade Partidária — Roberto Freire (PCB-PE); Tributação — Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP); Defensor do Povo — Wilson Martins (PMDB-MS) e Nelson Friedrich (PMDB-PR); Meio Ambiente — Mendes Thame; Subsolo — Percival Muniz (PMDB-MT) e Legislativo — José Costa.

Constituinte tem novo calendário de debates

O deputado Ulysses Guimarães divulgou ontem um novo calendário de debates do texto da nova Carta. A partir da próxima terça-feira, os constituintes terão sessões das 18h45 às 23h45 com temas pré-estabelecidos. Foi alterado também o calendário de trabalho do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). Cabral perdeu dez dias do prazo para elaboração de seu substitutivo — assim, Cabral tem até o dia 24 de agosto para apresentar seu projeto que poderá receber emendas dos constituintes durante um prazo de cinco dias. Antes, eles dispunham apenas de 48 horas.